

□ INTERNACIONAL/Plano Brady

Mulford adverte Brasil do risco de moratória

O subsecretário do Tesouro dos EUA acha confronto prejudicial ao País

OSWALDO RIBAS

O subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos para Assuntos Internacionais, David Mulford, advertiu ontem o governo brasileiro sobre o risco de atrasar ou cogitar da suspensão dos pagamentos de sua dívida externa, ressaltando que esse tipo de atitude tem péssima repercussão entre os credores: "Ela poderá ser interpretada como uma nova moratória unilateral brasileira e prejudicar qualquer iniciativa para incluir o País no programa de redução da dívida do Plano Brady". Numa entrevista via satélite, transmitida de Washington pelo Worldnet — a rede de TV da Agência de Informações dos EUA (Usia) — para toda a América Latina, Mulford declarou que, ao contrário do que vem sendo anunciado, o Brasil é forte candidato a ser um dos primeiros países a se beneficiar do programa de redução do principal e do serviço de seus débitos externos.

Conhecido como o arquiteto da estratégia Brady, apresentada pelo secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, para solucionar a crise do endividamento externo do Terceiro Mundo, Mulford fez, no entanto, uma ressalva quanto ao

estado das finanças domésticas brasileiras e ao caos econômico do País. "As notícias que nos têm chegado sobre a economia brasileira são muito negativas e isso contribui para o enfraquecimento da confiança do sistema financeiro internacional no país", afirmou.

Depois de felicitar os brasileiros por terem conseguido sair da moratória — "que provou não ser o caminho" — e mostrar ao mundo um excelente perfil de seus compromissos internacionais, o subsecretário pediu medidas saneadoras dessa envergadura também no âmbito interno: "O governo brasileiro precisa urgentemente acabar com a inflação, cortar o déficit público e dinamizar o setor de arrecadação fiscal".

Para Mulford, medidas desse tipo são mais importantes para o governo dos EUA do que o resultado da eleição presidencial. "Não é o resultado dessa eleição que irá definir se o Brasil fará ou não jus a novos créditos e facilidades de pagamento de dívidas vencidas", destacou. Na sua opinião, o fato de precisamente isso ter ocorrido nos casos venezuelano e mexicano (que iniciaram as discussões de suas dívidas após a posse de seus novos presidentes) "não passou de uma coincidência e, se o Brasil não tivesse realizado a renegociação de seus débitos no ano passado, também estaria na mesma situação". "Os

casos mexicano e venezuelano", afirmou Mulford, "servirão até de padrão para novos acordos de nações endividadas e o Brasil poderá tê-los como exemplo".

Sobre a concessão de novos créditos ao Brasil, numa situação de pouca liquidez para saldar seus débitos, Mulford disse que o Tesouro dos EUA é receptivo à idéia de realizar um empréstimo-ponte, mas ressaltou: "Nossa intenção é abrir as novas fontes de crédito, atrair capitais dos bancos comerciais como nos mecanismos de swaps (troca de papéis da dívida por investimentos) e também por intermédio do Eximbank (Banco de Importação e Exportação) do Japão.

CASO MEXICANO

Nas negociações já em andamento do México e da Venezuela, Mulford foi bastante otimista: "Acho que em mais uma semana será possível anunciar um acordo para o caso mexicano". Ele afirmou que a adesão do Plano Brady esbarra em grandes dificuldades técnicas apresentadas pelos bancos credores, mas o espírito da estratégia — a negociação dos percentuais de redução dos débitos, dentro das exigências de mercado — já é uma grande vitória. "A questão da dívida", afirmou Mulford, "estava completamente emperrada há menos de quatro meses. Agora voltamos a ter esperanças".